

ÍNDICE

<i>Ao Leitor</i>	21
CAPÍTULO 1 — HISTÓRIA DO COMÉRCIO E DO DIREITO COMERCIAL	
1.1. História do comércio e do Direito Comercial	25
1.2. Primeira fase (séculos XII a XVI) — mercados e trocas.....	26
1.3. Segunda fase (séculos XVII e XVIII) — mercantilismo e colo- nização	32
1.4. Terceira fase (século XIX) — liberalismo econômico	33
1.5. Quarta fase (atual) — Direito de Empresa	33
CAPÍTULO 2 — FONTES DO DIREITO COMERCIAL	
2.1. O Direito Comercial como ramo do Direito	35
2.2. Fontes do Direito Comercial.....	38
2.2.1. Fontes primárias.....	39
2.2.2. Fontes secundárias	40
2.2.2.1. A analogia	40
2.2.2.2. Os costumes	41
2.2.2.3. Os princípios gerais de direito	44
CAPÍTULO 3 — COMERCIANTE E ATOS DE COMÉRCIO	
3.1. Introdução	45
3.2. Origens históricas	46
3.3. Atos de comércio	49
3.4. Questões preliminares — a importância do estudo diante da Teoria da Empresa	50
3.5. Sistemas de classificação — a adotada por Carvalho de Men- donça.....	54
3.6. A qualidade de comerciante no sistema dos atos de comércio...	57
3.7. A qualidade de empresário na Teoria da Empresa.....	61

CAPÍTULO 4 — EMPRESA E EMPRESÁRIO

4.1. Formação do conceito de empresa.....	62
4.2. Conceito jurídico de empresa.....	64
4.3. Aspecto subjetivo — o empresário.....	69
4.3.1. Espécies de empresários.....	71
4.3.2. Condições para o exercício da atividade empresarial.....	72
4.3.3. Pessoas impedidas de exercer a atividade.....	73
4.4. Aspecto objetivo: o estabelecimento.....	78
4.5. Aspecto funcional: a atividade econômica organizada.....	79
4.6. Natureza jurídica.....	80

CAPÍTULO 5 — PERFIL OBJETIVO DA EMPRESA — O ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL

5.1. Conceito.....	82
5.2. Noção.....	83
5.3. O conceito de Oscar Barreto Filho.....	89
5.4. Definição legal.....	90
5.5. Natureza jurídica.....	90
5.5.1. Doutrina histórica.....	90
5.5.2. Teorias modernas.....	93
5.6. Elementos componentes do estabelecimento empresarial.....	96
5.6.1. Outros elementos considerados pela doutrina.....	97
5.6.2. O bem imóvel.....	98
5.6.3. Outras classificações consideradas pela doutrina.....	99
5.7. Cessão de estabelecimento empresarial.....	100
5.8. Título de estabelecimento.....	103
5.9. Domicílio e estabelecimento principal.....	104

CAPÍTULO 6 — ASPECTOS DO ESTABELECIMENTO: O AVIAMENTO E A CLIENTELA

6.1. Noções.....	107
6.2. Aviamento real e aviamento subjetivo.....	109
6.3. A tutela legal do aviamento.....	110
6.4. Clientela.....	110
6.5. Freguesia.....	110
6.6. Proteção legal à clientela.....	112
6.7. Cessão de clientela.....	114
6.8. A disputa judicial entre o Conde Álvares Penteadado, a Companhia Nacional de Tecidos da Juta e a Companhia Paulista de Aniagaem ...	115
6.9. Cláusulas de interdição de concorrência.....	118

CAPÍTULO 7 — O PONTO EMPRESARIAL

7.1. Noções	121
7.2. Renovação de contrato de locação — conceito	122
7.3. Origens.....	123
7.4. Renovação compulsória — requisitos	123
7.5. Requisito processual	125
7.6. Aspectos processuais	126
7.7. Defesas.....	126
7.8. Direito a indenização	127

CAPÍTULO 8 — PROPRIEDADE INDUSTRIAL: PATENTES DE INVENÇÃO E DE MODELOS DE UTILIDADE

8.1. Código da Propriedade Industrial: níveis de atuação.....	129
8.2. Convenção da União de Paris e organismos internacionais.....	130
8.3. Natureza jurídica.....	132
8.4. Noções e conceitos	132
8.5. Requisitos	133
8.5.1. A licitude.....	134
8.5.2. A novidade	138
8.5.3. A industriabilidade.....	140
8.5.4. Originalidade (a atividade inventiva).....	140
8.6. Exemplos	141
8.7. Patente.....	142
8.8. Processamento do pedido de concessão de patente	142
8.9. Cessão do pedido ou da patente	145
8.10. Licença voluntária.....	146
8.11. Licença compulsória	147
8.12. Invento de empresa	149
8.13. Invento livre ou do empregado.....	149
8.14. Invento comum, misto ou conexo	150
8.15. Quadro-resumo das espécies de invento, em relação a seu titular.	150
8.16. Extinção do privilégio	150

CAPÍTULO 9 — PROPRIEDADE INDUSTRIAL: REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL

9.1. Noções.....	154
9.2. Requisitos.....	156
9.3. Registro.....	158
9.3.1. Prioridade e pedido	158

9.3.2. Exame formal.....	159
9.3.3. Processamento e decisão.....	160
9.3.4. Recurso	162
9.4. Certificado de registro.....	163
9.5. Proteção legal.....	163
9.6. Prazo para o exercício do direito	165
9.7. Extinção do registro.....	165
9.8. Cessão e direito de empregados.....	165

CAPÍTULO 10 — PROPRIEDADE INDUSTRIAL: REGISTRO DE MARCA E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

10.1. Conceitos.....	166
10.2. Funções das marcas.....	168
10.3. Classificações.....	169
10.4. Natureza jurídica.....	172
10.5. Requisitos	174
10.5.1. Sinais sem capacidade distintiva.....	175
10.5.2. Sinais que causam confusão ou engano — violem ou não direito protegido.....	178
10.5.3. Sinais que causam ofensa (inciso III)	185
10.5.4. Expressões afastadas da proteção (inciso VII)	185
10.6. Processo de concessão	187
10.6.1. Pedido	188
10.6.2. Exame formal preliminar.....	189
10.6.3. Oposições.....	189
10.6.4. Exame	189
10.6.5. Expedição de certificado.....	189
10.6.6. Resumo gráfico do procedimento de concessão de registro	190
10.6.7. Fluxograma do processo de registro	191
10.7. Direitos.....	192
10.8. Cessão de uso.....	193
10.9. Licença de uso e franquia	194
10.10. Extinção do registro	195

CAPÍTULO 11 — REGISTRO DE EMPRESA

11.1. Breve histórico	198
11.2. Finalidades do registro.....	199
11.3. Efeitos jurídicos.....	200
11.3.1. Efeitos jurídicos em relação à sociedade empresária	202

11.3.2. Efeitos decorrentes da personalidade jurídica	203
11.3.3. A qualidade de comerciante e de empresário e o registro de empresa	203
11.4. Órgãos do Registro de Empresa.....	204
11.5. Atos de registro	206
11.5.1. A matrícula	206
11.5.2. O arquivamento.....	207
11.5.3. A autenticação.....	209
11.5.4. Quadro-resumo	209
11.6. Proibições de arquivamento	210
11.7. Dispensa de registro.....	212
11.8. Simplificação de registro	212
11.8.1. Princípios legislativos: integração e articulação	213
11.8.2. Dinâmica procedimental.....	214

CAPÍTULO 12 — NOME EMPRESARIAL

12.1. Noções e definições.....	216
12.2. Natureza jurídica	217
12.2.1. O nome como direito de propriedade industrial.....	218
12.2.2. O nome como direito pessoal	219
12.2.3. O nome como direito pessoal derivado da concorrência desleal.....	220
12.2.4. A previsão constitucional	220
12.3. Distinções.....	221
12.4. Espécies	222
12.5. Direitos decorrentes do registro.....	223
12.6. Extensão da proteção do registro — o princípio da especialidade.....	224
12.7. Extensão da proteção do registro — o princípio da territorialidade.....	227
12.8. Colidência entre nome e marca — conclusões	227
12.9. Sistemas de formação do nome empresarial.....	228
12.10. Formação do nome.....	229
12.11. Nome empresarial de sociedade estrangeira	233
12.12. Alteração do nome empresarial.....	233

CAPÍTULO 13 — LIVROS EMPRESARIAIS

13.1. Noções	234
13.2. Princípios informadores.....	237
13.2.1. Fidelidade	237
13.2.2. Sigilo	237
13.2.3. Liberdade.....	240

13.3. Sanções penais decorrentes da ausência ou fraude na escrituração	240
13.3.1. Omissão dos documentos contábeis obrigatórios	241
13.3.2. Balanço omissivo ou com dados inexatos	241
13.3.3. Escrituração inexata, omissa ou adulterada e contabilidade paralela	242
13.3.4. Destruição de livros obrigatórios	243
13.4. Espécies de livros	244
13.5. Livro obrigatório comum	245
13.6. Livros obrigatórios especiais	247
13.7. Livros facultativos	248
13.8. Livros não empresariais obrigatórios	249
13.9. Requisitos dos livros	250
13.10. Livros obrigatórios e microempresa	250
13.11. Natureza jurídica dos livros	254
13.12. Valor probante dos livros — noções	255
13.13. Extensão da prova	255
13.14. A unidade dos lançamentos contábeis	258
13.15. A fé que se extrai dos livros mercantis	258
13.16. A recusa em apresentar os livros em Juízo	260

CAPÍTULO 14 — DIREITO SOCIETÁRIO — DAS SOCIEDADES EM GERAL

14.1. Noções	262
14.2. Personalidade jurídica	263
14.3. Efeitos da personalidade jurídica	264
14.4. Direitos da pessoa jurídica	265
14.5. Desconsideração da personalidade jurídica	267
14.6. Conceito de sociedade	269
14.7. Classificação das sociedades mercantis	271
14.8. Classificação das sociedades no sistema da empresarialidade	272
14.8.1. Sociedades não personificadas e personificadas	273
14.8.2. Sociedades simples e sociedades empresárias	273
14.8.3. Sociedades empresárias por natureza e empresárias por equiparação	273
14.8.4. Sociedades de pessoas e de capitais	273
14.8.5. Sociedades não identificadas por nome, identificadas por firmas, sociedades com denominação e sociedades com firma ou denominação	276

14.8.6. Sociedades dependentes de autorização	276
14.8.7. Sociedades nacionais e estrangeiras	277
14.8.8. Sociedade de capital fixo ou variável.....	279
14.8.9. Sociedades coligadas e não coligadas.....	280

CAPÍTULO 15 — RESPONSABILIDADE DA SOCIEDADE E DOS SÓCIOS — PRINCÍPIOS GERAIS

15.1. A responsabilidade das pessoas em geral.....	282
15.2. Responsabilidade primária e secundária.....	283
15.3. Unidade patrimonial do devedor.....	284
15.4. Unidade patrimonial — impenhorabilidade e estabelecimen- to empresarial	284
15.5. Unidade patrimonial e falência	285
15.6. Unidade patrimonial e a <i>pars conditio creditorum</i>	286
15.7. Responsabilidade dos sócios em decorrência da espécie socie- tária	288
15.8. Tipos ordinários de responsabilidade.....	290
15.9. Quadro dos diversos tipos de responsabilidade do sócio.....	292
15.10. Responsabilidade extraordinária dos sócios	293
15.11. Responsabilidade por violação das regras societárias.....	294
15.12. Responsabilidade por fraude no uso da personalidade jurídica..	295
15.12.1. Fraude decorrente de constituição de sociedade entre marido e mulher	297
15.12.2. Ausência de patrimônio da sociedade	298
15.13. Sócio que, agindo com culpa ou dolo, pratica atos que cau- sam prejuízos a terceiros.....	300

CAPÍTULO 16 — RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: INGRES- SO, RETIRADA E FALÊNCIA

16.1. Outras situações de responsabilidade dos sócios solidários	304
16.1.1. Sócio de responsabilidade ilimitada que ingressa por aumento do capital social e sócio que adquire cotas daquele que se retira.....	305
16.1.2. Sócio de responsabilidade ilimitada que se retira da sociedade antes da falência, cedendo ou não suas cotas sociais	307
16.1.3. Cláusula de exoneração.....	308

16.1.4. Falência e arrecadação de bens de sócios com responsabilidade ilimitada	309
16.1.5. Retirada e falência	311
16.2. Outras situações dos sócios de responsabilidade limitada	312
16.2.1. Responsabilidade pela integralização do capital	312
16.2.2. Responsabilidade limitada, porém excedente à mera integralização do capital social	314
16.2.3. Responsabilidade em caso de retirada	315
16.2.3.1. Responsabilidade em caso de retirada do sócio comanditário, na sociedade em comandita simples	315
16.2.3.2. Responsabilidade em caso de retirada do sócio cotista	315
16.2.3.3. Responsabilidade em caso de retirada do acionista	316
16.2.4. Responsabilidade em caso de ingresso	317
16.3. Resumo gráfico das responsabilidades por ingresso, retirada e falência	318

CAPÍTULO 17 — DA CONSTITUIÇÃO DAS SOCIEDADES EM GERAL — ASPECTOS COMUNS

17.1. Da constituição das sociedades em geral	319
17.2. Regras comuns aos contratos	319
17.3. Capacidade e ingresso de sócio menor no regime do Código Comercial	320
17.4. Capacidade e sócio menor no regime do Código Civil	322
17.5. Capacidade e consentimento	323
17.6. Objeto lícito	323
17.7. Objeto possível, determinado ou determinável	325
17.8. Forma prescrita ou não defesa em lei	325
17.9. Requisitos específicos	326
17.9.1. Pluralidade de sócios	326
17.9.2. Constituição do capital social	327
17.9.3. <i>Affectio societatis (animus contrahendi societatis)</i>	328
17.9.4. Coparticipação nos lucros e perdas	329
17.10. Cláusulas essenciais	330
17.11. Cláusulas acidentais	332

CAPÍTULO 18 — DAS SOCIEDADES EM ESPÉCIE — SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS

18.1. Sociedades não personificadas	333
18.2. As sociedades irregulares — sociedades em comum.....	333
18.3. A sociedade em conta de participação	335
18.4. A sociedade em conta de participação no Código Civil.....	338

CAPÍTULO 19 — DAS SOCIEDADES EM ESPÉCIE — A SOCIEDADE SIMPLES

19.1. Sociedades simples e sociedades empresárias	341
19.2. Objeto da sociedade simples	342
19.3. Contrato social	344
19.4. Inscrição do contrato.....	344
19.5. Direitos e obrigações dos sócios	345
19.5.1. Dever de contribuir	345
19.5.2. Dever de probidade na gestão financeira	346
19.5.3. Direito-dever de coparticipação nos lucros e perdas...	347
19.5.4. Direito de participar das deliberações.....	348
19.5.5. Direito de fiscalização	348
19.5.6. Direito de retirada.....	349
19.5.7. Direito de participar do acervo, em caso de liquidação	350
19.6. Administração da sociedade simples	351
19.6.1. Qualidade pessoal do administrador	351
19.6.2. Incompatibilidades e impedimentos	353
19.6.3. Formas de exercício	356
19.6.4. Natureza das funções	357
19.6.5. Deveres do administrador	358
19.6.6. Substituição	359
19.6.7. Poderes.....	360
19.6.8. Abusos dos poderes gerenciais	361
19.7. Responsabilidade da sociedade perante terceiros	365
19.7.1. Liquidação de quota de sócio	365
19.8. Resolução da sociedade em relação a um sócio	365
19.8.1. Resolução em virtude de morte	366
19.8.2. Resolução em virtude de exclusão.....	366
19.9. Dissolução da sociedade	368
19.10. Quadro-resumo	369

CAPÍTULO 20 — DAS SOCIEDADES EM ESPÉCIE — AS SOCIEDADES EM NOME COLETIVO, EM COMANDITA SIMPLES E DE CAPITAL E INDÚSTRIA

20.1. As sociedades comerciais no Código Comercial de 1850 — generalidades	370
20.2. A sociedade de capital e indústria	373
20.3. Sociedade em nome coletivo	375
20.3.1. Natureza dos sócios	377
20.3.2. Responsabilidade dos sócios	377
20.3.3. Execução realizada por credor particular	377
20.3.4. Limitação de responsabilidade entre os sócios	378
20.3.5. Nome empresarial	379
20.3.6. Administração da sociedade	379
20.4. Sociedade em comandita simples	380

CAPÍTULO 21 — DAS SOCIEDADES LIMITADAS

21.1. Breve histórico e principal característica	385
21.2. Limites da responsabilidade dos sócios	386
21.2.1. Responsabilidade pela integridade futura do capital	386
21.2.2. Solidariedade pela integralização de todo o capital	387
21.2.3. Solidariedade pela integralização somente em caso de falência	387
21.2.4. Responsabilidade solidária no Código Civil	390
21.3. Responsabilidade ordinária dos sócios	390
21.3.1. Responsabilidade pessoal pela integralização	390
21.3.2. Responsabilidade solidária pela integralização de todo o capital social	391
21.3.3. Responsabilidade pela retirada da sociedade estando integralizado o capital social	392
21.3.4. Responsabilidade pelo ingresso	392
21.4. Aspectos característicos da sociedade limitada	393
21.4.1. Diferenciações em relação à sociedade simples	395
21.4.2. Ingresso de incapazes	397
21.5. Quotas sociais — natureza e direitos decorrentes	398
21.5.1. Número e forma de divisão de quotas	399
21.5.2. Divisibilidade e comunhão	399
21.5.3. Cessão das quotas	400
21.5.4. Penhorabilidade das quotas	402

21.6. Administração social	402
21.6.1. Nomeação e remuneração	403
21.6.2. Destituição e renúncia	404
21.7. Conselho fiscal.....	405
21.7.1. Atribuições do conselho fiscal.....	405
21.7.2. Condições pessoais, impedimentos e vedações do membro do conselho fiscal.....	405
21.8. Deliberações dos sócios.....	406
21.8.1. Obrigatoriedade.....	406
21.8.2. Formas de deliberação.....	407
21.8.3. <i>Quorum</i> para deliberação	407
21.8.4. Assembleia de sócios	407
21.8.5. Responsabilidades	408
21.9. Aumento do capital social	408
21.10. Redução do capital social.....	409
21.10.1. Redução em virtude de inadimplência de sócio re- missão ou sua exclusão	409
21.10.2. Redução do capital em virtude de perdas irrepará- veis	410
21.10.3. Redução do capital em razão de ser excessivo.....	410
21.10.4. Redução do capital em razão de retirada de sócio	411
21.11. Resolução da sociedade em relação a sócios.....	411
21.11.1. Retirada voluntária de sócio.....	412
21.11.2. Exclusão de sócio.....	412
21.11.3. Dissolução parcial de pleno direito	414
21.11.4. Direito de recesso	414
21.12. Quadro-resumo	416

CAPÍTULO 22 — DAS SOCIEDADES POR AÇÕES

22.1. Origens das sociedades por ações.....	417
22.2. Características das sociedades por ações.....	420
22.3. Sociedade em comandita por ações	420
22.4. Constituição das sociedades por ações	424
22.4.1. Requisitos preliminares	424
22.4.2. Denominação social	425
22.4.3. Fundadores	426
22.4.4. Constituição por subscrição pública ou privada.....	427
22.4.5. Primeiros administradores.....	430
22.4.6. Estatutos	431

22.4.7. Número de sócios	431
22.4.8. Capital social	432
22.5. Classificação das sociedades por ações	437
22.5.1. Sociedades abertas e fechadas	437
22.5.2. Sociedade de economia mista	440
22.5.3. Sociedade anônima multinacional	441
22.6. Elaboração e divulgação de demonstrações financeiras	444
22.6.1. Princípios da periodicidade, da anualidade e da competência exclusiva	444
22.6.2. Demonstrações financeiras comuns	446
22.6.3. Demonstrações financeiras especiais	450
22.6.4. Companhias abertas — extensão de obrigações	450
22.6.5. Quadro-resumo	451
22.7. Sociedades de grande porte	451

CAPÍTULO 23 — AÇÕES, ACIONISTAS E VALORES MOBILIÁRIOS

23.1. Capital social e ações	452
23.2. Valores da ação	454
23.2.1. Valor nominal	455
23.2.2. Ações sem valor nominal	456
23.2.3. Valor patrimonial ou contábil	457
23.2.4. Valor de mercado ou bolsístico	457
23.3. Certificado de ações e agente emissor	457
23.4. Custódia de ações	459
23.5. Certificado de depósito de ações	459
23.6. Sistema único de custódia	460
23.7. Constituição de direitos reais sobre as ações — o penhor	461
23.7.1. Usufruto	462
23.7.2. Fideicomisso	462
23.7.3. Alienação fiduciária	462
23.8. Dividendos	463
23.9. Obrigações do acionista — noções	464
23.10. Acionistas — exercício de direitos e retirada	465
23.10.1. Acionista controlador	465
23.10.2. Acionista dissidente	465
23.10.3. Acionista minoritário e acordo de acionistas	467
23.11. Direitos essenciais do acionista	467
23.12. Outros valores mobiliários — noções	468

23.12.1. Debêntures	469
23.12.2. Partes beneficiárias	476
23.12.3. Bônus de subscrição	477
23.12.4. <i>Commercial papers</i>	478

CAPÍTULO 24 — ÓRGÃOS DA SOCIEDADE POR AÇÕES

24.1. Órgãos sociais — espécies	480
24.2. Assembleia geral	480
24.2.1. Competência exclusiva	481
24.2.2. Espécies de assembleia	485
24.2.3. <i>Quorum</i> de instalação e de deliberação	488
24.2.4. Funcionamento da assembleia	492
24.3. Disposições comuns aos administradores	492
24.4. Conselho de administração	494
24.5. Diretoria	497
24.6. Conselho fiscal	497

CAPÍTULO 25 — REORGANIZAÇÃO DAS SOCIEDADES

25.1. Aspectos gerais	499
25.2. Diferenças entre os procedimentos e efeitos	501
25.2.1. Direitos dos credores na incorporação, fusão e cisão	502
25.2.2. Direitos dos credores na transformação e responsabilidade dos sócios	502
25.2.3. Responsabilidade dos sócios na incorporação, fusão e cisão	503
25.2.4. Direito de recesso	504
25.2.5. Responsabilidade dos sócios não dissidentes	504
25.2.6. Resumo das responsabilidades das sociedades e de seus sócios	505
25.3. Procedimento exigido na incorporação, fusão e cisão	506
25.4. Procedimento exigido na transformação	508
25.5. Grupos de sociedades	510
25.5.1. Grupo de fato	510
25.5.2. Grupo de direito	511
25.5.3. Consórcio	512

CAPÍTULO 26 — DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADES

26.1. Dissolução das sociedades em geral	514
--	-----

26.2. Resolução da sociedade em relação a um ou mais sócios	515
26.3. Dissolução total da sociedade	516
26.3.1. Dissolução extrajudicial.....	516
26.3.2. Dissolução judicial	520
26.4. Falência	522
26.5. Dissolução das sociedades de capitais	524
26.5.1. Dissolução de pleno direito	524
26.5.2. Dissolução por decisão judicial	526
26.5.3. Dissolução por ato administrativo	527
26.6. Do rito processual da dissolução judicial.....	528
26.6.1. Da legitimidade.....	528
26.6.2. Dissolução por iniciativa do Ministério Público.....	529
26.6.3. Do pedido inicial e rito processual	530
26.6.4. Nomeação e destituição do liquidante	530
26.6.5. Atribuições do liquidante	532
26.6.6. Do inventário e da partilha.....	534
26.6.7. Partilha.....	536
26.6.8. Liquidação de empresa individual	536
26.7. Liquidação extrajudicial.....	537
<i>Bibliografia</i>	539
<i>Índice Onomástico</i>	549
<i>Índice Alfabético-Remissivo</i>	553

STJ00096193 - V.3

Ricardo Negrão

(Ricardo José Negrão Nogueira)

Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Mestre e Doutorando em Direito Comercial (PUCSP).

Professor Universitário.

Manual de direito
comercial
de empresa &

3

Recuperação de
Empresas e Falência

8ª edição

2013



**Editora
Saraiva**

Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SACJUR: 0800 055 7688

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

saraivajur@editorasaraiva.com.br

Acesse: www.saraivajur.com.br

FILIAIS

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro

Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

BAHIA/SERGÍPE

Rua Agripino Dórea, 23 — Brotas

Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895

Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

BAURUR (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro

Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Baurur

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 — Jacarecanga

Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384

Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL, Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento

Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951

Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto

Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806

Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro

Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Lagoinha

Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Aginagés, 186 — Batista Campos

Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038

Fax: (91) 3241-0499 — Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 — Prado Velho

Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista

Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro

Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel

Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565 — Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos

Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567

Porto Alegre

SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 — Barra Funda

Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

ISBN 978-85-02-04182-0 obra completa

ISBN 978-85-02-19869-2 volume 3

Negrão, Ricardo

Manual de direito comercial e de empresa :
volume 3 / Ricardo Negrão. — 8. ed. — São Paulo :
Saraiva, 2013.

Conteúdo: Recuperação judicial e extrajudicial
— Falência — Concordatas em curso —
Intervenção e liquidação extrajudicial — Regime
especial de administração temporária.

Bibliografia.

I. Direito comercial 2. Direito empresarial I.
Título.

CDU-347.7

-34:338.93

Índices para catálogo sistemático:

- | | |
|-----------------------|-----------|
| 1. Direito comercial | 347.7 |
| 2. Direito societário | 34:338.93 |

Diretor editorial Luiz Roberto Curo

Gerente de produção editorial Lígia Alves

Editor Jônatas Junqueira de Mello

Assistente editorial Silene Miranda de Sales

Produtora editorial Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Eunice Aparecida de Jesus

Arte e diagramação Cristina Aparecida Agudo de Freitas

Claudiene de Moura Santos Silva

Revisão de provas Rita de Cássia Queiroz Gogati

Amélia Kassis Ward

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Capa Roney Camelo

Produção gráfica Mafli Rampim

Impressão Gráfica Salesiana

Acabamento Gráfica Salesiana

901403

Data de fechamento da edição: 11-3-2013

Dúvidas?

Acesse www.saraivajur.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

ÍNDICE

<i>Abreviaturas</i>	7
<i>Ao Leitor (1ª edição)</i>	29
<i>Ao Leitor (2ª edição)</i>	31
<i>Ao Leitor (6ª edição)</i>	33

LIVRO I TEORIA GERAL DO DIREITO FALIMENTAR

PARTE I — INTRODUÇÃO AO DIREITO FALIMENTAR

1. Introdução	39
1.1. Origem etimológica da palavra “falência”	39
1.2. História	41
1.2.1. Primórdios	41
1.2.2. Fases do Direito Falimentar — as Ordenações	42
1.2.3. Fase imperial	46
1.2.4. Fase republicana	47
1.2.5. Fase pré-empresarial	49
1.2.6. Tramitação do Projeto de Lei n. 4.376/93	50
1.2.7. Tendências do direito internacional	53
1.2.8. Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005	56
2. Características e destinação legal	59
2.1. Destinação legal.....	59
2.2. Conceito de empresário	60
2.2.1. Evolução do conceito de empresário	61
2.2.1.1. Quadro-resumo	63
2.2.2. Pessoas impedidas de exercer a atividade empresarial	63
2.3. Casos de não incidência.....	68
2.3.1. Casos de não incidência absoluta	69
2.3.2. Casos de não incidência relativa	71
2.4. Casos especiais de incidência, com restrições temporais ou de legitimidade ativa	74
2.5. Quadro-resumo	78

PARTE II — DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA

3.	Procedimento de verificação de crédito	83
3.1.	Momento para a verificação de créditos	83
3.2.	Processamento das declarações tempestivas de crédito	85
3.2.1.	Do pedido	88
3.2.2.	Requisitos da petição inicial	89
3.2.3.	Do processamento do pedido	93
3.2.4.	Impugnações aos pedidos	94
3.2.5.	Julgamento dos pedidos e das impugnações	96
3.2.6.	Impugnação de crédito trabalhista	97
3.2.7.	Renovação de pedido de habilitação de crédito já julgado	100
3.3.	Procedimento das habilitações retardatárias	101
3.4.	Verificação de créditos dos credores particulares dos sócios solidários	104
3.5.	Ação rescisória de exclusão, reclassificação ou retificação de crédito	106
4.	O administrador judicial	108
4.1.	Funções do administrador judicial e sua natureza.....	108
4.2.	Classificação dos atos do administrador judicial.....	111
4.3.	A escolha, a nomeação e o compromisso do administrador judicial.....	115
4.4.	Impedimentos e incompatibilidades	119
4.5.	Substituição e destituição do administrador judicial.....	120
4.6.	A remuneração do administrador judicial	122
4.7.	Responsabilidade do administrador judicial.....	125
4.8.	Prestação de contas.....	126
5.	Comitê e assembleia geral de credores	127
5.1.	Conceitos	127
5.2.	Origens do Comitê de Credores	127
5.3.	Constituição do Comitê de Credores	131
5.4.	Composição do Comitê de Credores	132
5.5.	Regime jurídico do Comitê de Credores	135
5.6.	Origens da assembleia geral de credores.....	138
5.7.	Atribuições da assembleia geral de credores.....	139
5.8.	Regime jurídico da assembleia geral de credores.....	140

5.9. O exercício do voto na assembleia geral de credores.....	144
5.10. Efeitos das deliberações	150

LIVRO II

DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS EM JUÍZO

6. Disposições comuns às formas de recuperação	155
6.1. Crise econômico-financeira	155
6.2. Formas de recuperação	157
6.3. Princípios norteadores	158
6.4. Requisitos	160
6.4.1. Requisitos comuns e especiais	160
6.4.2. Exigências quanto ao exercício da atividade empresarial	160
6.4.3. Impedimentos	162
6.5. Legitimidade ativa	166
6.5.1. A questão do sócio remanescente	166
6.5.2. A questão da legitimidade do credor e do Ministério Público.....	167
6.6. Distinções entre os instrumentos legais.....	169
6.6.1. Distinção quanto à extensão econômica do exercício empresarial	169
6.6.2. Distinção quanto ao universo de credores.....	171
6.6.3. Distinção quanto ao curso da prescrição das ações e execuções individuais dos credores.....	173
6.6.4. Distinção quanto ao procedimento.....	173
6.6.5. Distinção quanto às restrições à administração da empresa	174
6.6.6. Distinção quanto aos meios de recuperação.....	174
7. Meios de recuperação	177
7.1. Classificação.....	177
7.2. Meios dilatórios, remissórios ou mistos	178
7.3. Meios com predominância sobre o perfil subjetivo da empresa	179
7.4. Meios com predominância sobre o perfil objetivo da empresa	185
7.5. Meios com predominância sobre o perfil funcional da empresa	192

7.6. Meios com predominância sobre o perfil corporativo da empresa.....	195
8. Recuperação judicial.....	196
8.1. Fases do procedimento	196
8.2. Fase do pedido e de processamento.....	197
8.2.1. Apresentação do pedido	197
8.2.1.1. Documentação contábil	198
8.2.1.2. Certidões e documentos que constam do Registro Público.....	201
8.2.1.3. Relações descritivas, contendo informações de cunho patrimonial não sujeitas à escrituração contábil	202
8.2.2. Decisão de processamento	204
8.3. Fase do plano de recuperação.....	207
8.3.1. Limitações ao plano	208
8.3.2. Publicação do aviso.....	209
8.4. Fase de concessão e cumprimento.....	209
8.4.1. Objeção dos credores	210
8.4.2. Convocação da assembleia geral.....	210
8.4.3. Deliberação sobre o plano apresentado.....	211
8.4.4. Constituição do Comitê de Credores	213
8.4.5. Apresentação de certidões.....	215
8.4.6. Decisão de concessão.....	218
8.4.7. Efeitos da decisão de concessão.....	220
8.4.8. Situações não atingidas pela sentença concessiva.....	224
8.4.9. Recurso.....	226
8.4.10. Período de cumprimento	226
8.5. Resumo gráfico do processo de recuperação judicial ordinário	229
8.6. Recuperação judicial especial.....	230
9. Convolação de recuperação em falência.....	233
9.1. Causas que acarretam a convolação de recuperação em falência	233
9.2. A não apresentação do plano (art. 73, II)	234
9.3. A apresentação tempestiva do plano e sua rejeição (art. 73, III)	234
9.4. Deliberação da assembleia geral (art. 73, I)	235
9.5. Descumprimento de obrigação assumida (art. 73, IV).....	236

9.6. Efeitos da convocação.....	236
10. Recuperação extrajudicial.....	238
10.1. Conceito e noções.....	238
10.2. Pedido de recuperação extrajudicial.....	239
10.3. Documentação necessária.....	240
10.4. Procedimento da recuperação extrajudicial.....	241
10.5. Efeitos da sentença homologatória.....	242
10.6. Recurso e outras formas privadas de acordo.....	242

LIVRO III DA FALÊNCIA

PARTE I — SISTEMAS E PROCEDIMENTOS PRÉ-FALIMENTARES

11. Caracterização e pressupostos do estado falimentar.....	247
11.1. Introdução e conceito inicial.....	247
11.2. O procedimento pré-falimentar ou fase preliminar.....	249
11.3. Sistemas de caracterização do estado falimentar.....	250
11.3.1. A impontualidade e os atos de falência.....	250
11.3.2. Outros critérios.....	250
11.4. Pressupostos do estado falimentar.....	251
12. A legitimidade ativa.....	254
12.1. O credor legitimado a requerer a falência.....	254
12.2. Natureza do crédito e do credor.....	254
12.3. Credor empresário.....	254
12.4. Credor sem domicílio no Brasil.....	255
12.5. Credor com garantia real.....	255
12.6. Credor privilegiado fiscal.....	255
12.7. Credor privilegiado trabalhista.....	258
12.8. O sócio, mesmo acionista ou comanditário.....	259
12.9. Credor debenturista.....	261
12.10. Litisconsorte ativo.....	262
13. O sistema da impontualidade.....	264
13.1. A obrigação líquida e o título executivo.....	264
13.2. Os títulos executivos previstos na Lei Processual Civil ...	265
13.2.1. Aluguel.....	266
13.2.2. Cheque pré-datado.....	266
13.2.3. Contrato de caução — fiança bancária.....	266

13.2.4. Contrato de caução — fiança bancária, necessidade de título	266
13.2.5. Duplicata representada apenas por boletos bancários	267
13.2.6. Duplicata de prestação de serviços	268
13.2.7. Título executivo sujeito a cálculo aritmético	269
13.2.8. O crédito bancário rotativo	269
13.2.9. O contrato de câmbio.....	271
13.3. Títulos executivos previstos em outras leis	271
13.4. O protesto	274
13.5. Do pedido com base no art. 94, I — documentos que devem acompanhá-lo	276
13.6. Da citação	277
13.7. Defesa com e sem depósito elisivo	279
13.7.1. Depósito elisivo	280
13.7.2. Audiência de conciliação.....	281
13.7.3. Oposição e citação de sócios	281
13.8. O rito do art. 94, I.....	282
14. O sistema da impontualidade: a matéria de defesa	283
14.1. Defesas	283
14.2. Falsidade do título da obrigação	284
14.3. Prescrição	285
14.4. Nulidade de obrigação ou de título.....	288
14.4.1. Erro e ignorância	290
14.4.2. Dolo	291
14.4.3. Coação	292
14.4.4. Estado de perigo e lesão	293
14.4.5. Simulação	293
14.4.6. Fraude	295
14.4.7. Resumo gráfico.....	297
14.5. Pagamento da dívida.....	298
14.6. Qualquer motivo que extinga ou suspenda o cumprimento da obrigação, ou exclua o devedor do processo da falência	298
14.7. Vício em protesto ou seu instrumento	300
14.8. Apresentação de pedido de recuperação judicial no prazo da contestação.....	300
14.9. Casos especiais de defesa, relativos a restrições temporais ou de legitimidade ativa.....	300

15.	O sistema dos atos de falência	302
15.1.	Prática de atos de falência	302
15.2.	Execução frustrada	303
15.3.	Liquidação precipitada; uso de meio ruinoso ou fraudulento	305
15.4.	Negócio simulado ou alienação de parte ou da totalidade de seu ativo	307
15.5.	Trespasse de estabelecimento	308
15.5.1.	Noção de estabelecimento empresarial.....	308
15.5.2.	O conceito de Oscar Barreto Filho	310
15.5.3.	Definição jurídica	310
15.5.4.	Natureza jurídica.....	311
15.5.5.	Elementos do estabelecimento empresarial.....	312
15.5.6.	Outras consequências jurídicas do trespasse do estabelecimento empresarial.....	314
15.6.	Oferecimento de garantia real em detrimento de outros credores	314
15.7.	Ausência ou abandono de estabelecimento	315
15.8.	Documentos que devem acompanhar o pedido	316
15.9.	Do rito	317
15.10.	O rito do art. 94, II.....	319
15.11.	O rito do art. 94, III.....	319
16.	O sistema da autofalência	320
16.1.	A confissão da falência pelo devedor.....	320
16.2.	Procedimento do art. 105.....	321
16.3.	Natureza do pedido de autofalência.....	321
16.4.	Natureza da dívida	321
16.5.	Processamento do pedido	322
16.6.	Legitimidade para o pedido	323
16.6.1.	A representação do empresário individual ou da sociedade contratual	323
16.6.2.	As sociedades por ações	324
16.6.3.	O cônjuge sobrevivente, o inventariante e o herdeiro	325
16.6.4.	As instituições financeiras.....	325
16.7.	Oposição e citação de sócios	325
16.8.	Desistência do pedido.....	326
16.9.	O rito do art. 105 — autofalência.....	327

PARTE II — DA SENTENÇA JUDICIAL E SEUS EFEITOS

17. O Juízo falimentar.....	331
17.1. Fixação da competência judicial	331
17.2. Unidade, indivisibilidade e universalidade do Juízo	333
17.2.1. Ações não reguladas pela Lei Falimentar, em que o falido figure como autor ou litisconsorte ativo..	334
17.2.2. Falido autor, em ação regulada pela Lei Falimentar	335
17.2.3. Ações de despejo em que a massa falida figure como ré	336
17.2.4. Execuções individuais dos credores, anteriores à decretação da falência.....	337
17.2.5. Ações trabalhistas	338
17.2.6. Execuções fiscais	339
17.2.7. Ações que se processam na Justiça Federal por força da competência privativa	340
17.2.8. Ações relativas a imóveis	341
17.2.9. Ações ajuizadas antes da quebra, com citação também anterior.....	341
17.3. Resumo da matéria	343
18. A sentença falimentar	345
18.1. Natureza da sentença declaratória de quebra.....	345
18.2. Requisitos da sentença de falência	345
18.2.1. O relatório da sentença falimentar	346
18.2.2. A motivação da sentença	348
18.2.3. O dispositivo da sentença	348
18.2.3.1. Termo legal da falência.....	349
18.2.3.2. Nomeação do administrador judicial.....	343
18.2.3.3. Prazo para as habilitações de crédito.....	356
18.2.4. Outras determinações na sentença.....	356
18.3. Recursos contra a sentença falimentar	360
18.4. Efeitos da sentença denegatória.....	362
18.5. Indenização por dano material.....	362
18.6. Indenização por dano moral	364
19. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação aos credores.....	365
19.1. Principais efeitos	365

19.2. Suspensão do curso da prescrição	366
19.3. Suspensão das ações e execuções individuais dos credores..	367
19.4. Vencimento antecipado das dívidas.....	371
19.4.1. Cláusulas penais dos contratos unilaterais	373
19.4.2. A conversão dos créditos em moeda estrangeira ..	375
19.4.3. Obrigações sujeitas a condição suspensiva: sem vencimento antecipado	376
19.5. Formação da massa de credores	377
19.5.1. Credores não concorrentes à falência	378
19.5.2. Credor que não dispõe do título de seu crédito	382
19.6. Suspensão do direito de retenção	383
19.7. Suspensão da fluência de juros.....	384
19.8. Regulamentação do direito de credores de coobrigados solidários	385
19.8.1. Credor de obrigação solidária	385
19.8.2. Devedor falido com obrigações extintas.....	386
19.8.3. Direito de regresso	386
19.8.4. Cobrança de uma massa devedora de obrigação so- lidária por outra	390
19.8.5. Direitos de codevedores solventes	390
19.9. Direitos dos credores na condução da falência.....	391
20. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação ao falido e aos administradores e liquidantes	394
20.1. Obrigações impostas ao falido.....	394
20.2. Obrigações consistentes em entrega.....	395
20.2.1. Primeiro momento	395
20.2.2. Segundo momento	398
20.3. Obrigações consistentes em atos de fazer, impostos ao fa- lido.....	400
20.3.1. A declaração do art. 104, I.....	400
20.3.2. Obrigação de colaborar com o ágil processamen- to da falência.....	402
20.4. Restrição ao livre direito de ausentar-se da comarca	404
20.5. Extensão das obrigações.....	404
20.6. Remuneração do falido.....	406
20.7. Restrições de direitos.....	407
20.8. Direitos atribuídos ao falido	408

21. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação aos bens do empresário individual falido e dos sócios da sociedade falida	409
21.1. Hipóteses de desapossamento	409
21.2. Natureza jurídica do desapossamento	410
21.3. Extensão do desapossamento	411
21.4. Exceções à regra	413
21.4.1. Os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos a execução	414
21.4.2. Os frutos e os rendimentos dos bens inalienáveis	416
21.4.3. Os vestuários e pertences	416
21.4.4. Os vencimentos, subsídios e remunerações diversas	417
21.4.5. Os livros, as máquinas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão	418
21.4.6. O seguro de vida	419
21.4.7. Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se estas forem penhoradas	420
21.4.8. A pequena propriedade rural	420
21.4.9. Recursos públicos recebidos por instituições privadas	421
21.4.10. Quantia depositada em caderneta de poupança ..	421
21.4.11. O patrimônio de afetação previsto na Lei n. 10.931/2004	421
21.5. Tipos societários	423
21.5.1. Efeitos sobre os sócios com responsabilidade ilimitada	425
21.5.2. Efeitos sobre os demais sócios	425
22. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação aos contratos	428
22.1. Conceitos	429
22.2. Contratos bilaterais	430
22.2.1. Natureza sinalagmática do contrato bilateral.....	430
22.2.2. Resolução do contrato bilateral por insolvência de uma das partes.....	430
22.2.3. Rescisão contratual requerida por uma das partes .	431
22.2.4. Efeitos da rescisão judicial do contrato bilateral..	431

22.2.5. Efeitos da inexecução dos contratos.....	432
22.2.6. Efeitos dos contratos unilaterais em curso na falência.....	433
22.3. Regras gerais aplicáveis aos contratos bilaterais na falência — o cumprimento pelo administrador judicial.....	433
22.3.1. A regra especial na falência.....	434
22.3.2. A faculdade do administrador judicial e do Comitê.....	434
22.3.3. A interpelação do administrador judicial.....	435
22.3.4. O ressarcimento do contratante em razão do não cumprimento pelo administrador judicial.....	437
22.3.5. Efeito da condição resolutiva expressa pelas partes antes da falência.....	437
22.3.6. Efeitos do cumprimento do contrato	438
22.4. Introdução aos contratos bilaterais na falência.....	439
22.5. Falência do vendedor que não entregou a coisa contratada	439
22.5.1. Contrato de entrega de coisas compostas	440
22.5.2. Contrato de venda de coisas móveis vendidas a prestação pelo falido.....	441
22.6. Falência do comprador que não pagou a coisa contratada	441
22.7. Contrato de compra e venda com reserva de domínio.....	444
22.7.1. Contrato com cláusula de alienação fiduciária	444
22.7.2. Contrato de <i>leasing</i> ou arrendamento mercantil...	449
22.7.3. Contrato de <i>leasing</i> ou arrendamento de aeronave ou de suas partes	451
22.7.4. Contrato com cláusula de reserva de domínio.....	451
22.8. Falência do comprador ou do vendedor nas vendas a termo	452
22.9. Falência e contratos imobiliários.....	453
22.9.1. Contratos imobiliários com compromisso.....	453
22.9.2. Contratos de locação comercial.....	456
22.9.3. Contratos de incorporação imobiliária	456
22.10. Outros contratos e regras especiais previstas na Lei Falimentar	457
22.10.1. Contrato de conta corrente	457
22.10.2. Compensação de dívidas.....	459

22.10.3. Acordo para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do sistema financeiro nacional	462
22.10.4. Mandato mercantil	463
22.10.5. Contratos de sociedade firmados pelo falido	464
22.10.6. Contratos de sociedade em conta de participação	466
22.10.7. Condomínio indivisível	466
22.11. Outros contratos não mencionados na Lei Falimentar	466
22.11.1. Contrato de trabalho	467
22.11.2. Contrato de franquia	468
22.12. Resumo gráfico	469

PARTE III — DA ADMINISTRAÇÃO, ARRECADAÇÃO, REALIZAÇÃO DO ATIVO E PAGAMENTO DO PASSIVO

23. Visão geral da administração falimentar	473
23.1. A fase de administração falimentar	473
23.2. Etapas do processo principal	477
23.2.1. A publicidade da sentença falimentar	477
23.2.2. O compromisso e as funções do administrador judicial	479
23.2.3. Convocação da assembleia geral de credores	484
23.2.4. Constituição do Comitê de Credores	485
23.2.5. A continuação provisória da atividade empresarial	487
23.2.6. A apresentação do primeiro relatório	488
23.2.7. A arrecadação e a avaliação de bens	489
23.2.8. Realização do ativo e pagamento dos credores	490
23.2.9. Encerramento da falência	492
23.2.10. Fase pós-falimentar: a extinção das obrigações do falido	493
24. Arrecadação e avaliação dos bens	495
24.1. A arrecadação de bens — conceitos	495
24.2. O lacre das portas do estabelecimento e a apreensão de bens	496
24.3. A arrecadação pessoal e por carta precatória	497
24.4. O acompanhamento pelo Ministério Público	498
24.5. O inventário de livros e bens	499

24.6.	A arrecadação de bens imóveis	501
24.7.	A arrecadação de bens incorpóreos	501
24.8.	Bens não arrecadáveis	503
24.9.	Bens penhorados ou de outra forma apreendidos.....	503
24.10.	Venda antecipada.....	504
24.11.	Avaliação e falência frustrada e de pequeno passivo.....	505
24.12.	Avaliação em separado	506
25.	A ação de restituição e os embargos de terceiro.....	508
25.1.	O objeto do pedido de restituição.....	508
25.2.	A ação de restituição decorrente de titularidade de direito real	510
25.2.1.	A coisa deve ter sido arrecadada em poder do devedor	510
25.2.2.	A coisa deve ser devida ao reivindicante em virtude de direito real de propriedade	511
25.2.3.	A coisa pode ter sido alienada posteriormente ao decreto da falência pela massa	512
25.3.	A ação de restituição decorrente de venda de coisas a prazo	512
25.3.1.	Compra com cheque pós-datado	513
25.4.	A ação de restituição de adiantamento de contrato de câmbio	513
25.5.	A ação de restituição por contribuição previdenciária descontada e não recolhida	514
25.6.	Procedimento.....	515
25.7.	Intervenção do Ministério Público	520
25.8.	Liquidação da sentença.....	520
25.9.	Honorários advocatícios, juros e atualização monetária ...	521
25.10.	Os embargos de terceiro	521
26.	As ações revocatórias.....	523
26.1.	Noções	523
26.2.	Distinção entre as ações previstas nos arts. 129 e 130 da Lei Falimentar	525
26.3.	Hipóteses previstas no art. 129 da Lei Falimentar.....	526
26.3.1.	Atos praticados dentro do termo legal.....	526
26.3.2.	Atos praticados no período de dois anos anteriores à decretação da falência	531

26.3.3. Atos nos quais não se leva em consideração o elemento temporal	531
26.3.4. Atos praticados após a decretação da falência	533
26.4. Ação revocatória com fundamento no art. 130.....	535
26.5. Efeitos das ações revocatórias	537
26.6. Securitização de recebíveis.....	540
26.7. Processamento da ação revocatória	542
26.8. Medidas cautelares e recursos	545
26.9. Ineficácia oposta como defesa em ação ou execução.....	545
26.10. Ação revocatória prevista na Lei n. 6.404/76	546
26.11. Ação revocatória contra sócio com responsabilidade limitada, por retirada dos fundos sociais	548
26.12. Atos fundados em decisão judicial.....	549
27. Procedimento liquidatório	551
27.1. A etapa de liquidação	551
27.2. A ordem de alienação	554
27.2.1. Sucessão do arrematante.....	554
27.2.2. Constituição de sociedade de credores ou de empregados do devedor	555
27.2.3. Credores trabalhistas, por acidentes de trabalho e credores incapazes	556
27.3. Modalidades de alienações públicas.....	557
27.4. Impugnações.....	558
27.5. Recurso contra decisão que homologa a venda.....	559
27.6. A ordem de preferência dos credores	559
27.7. Créditos prioritários decorrentes de despesas de pagamento antecipado.....	561
27.8. Créditos prioritários decorrentes de restituição.....	566
27.9. Créditos extraconcursais.....	566
27.10. Créditos concursais ou concorrentes	571
27.10.1. Créditos derivados da legislação do trabalho e decorrentes de acidentes de trabalho.....	571
27.10.2. Créditos com direito real de garantia	572
27.10.3. Créditos tributários, à exceção das multas tributárias	574
27.10.4. Créditos com privilégio especial sobre determinados bens	575

27.10.5. Créditos com privilégio geral	577
27.10.6. Créditos quirografários.....	579
27.10.7. Créditos subquirografários	580
27.10.8. Créditos subordinados	581
27.11. O pagamento aos credores.....	582
27.12. Pagamento de juros.....	587
27.13. Devolução da sobra ao falido ou rateio entre os sócios...	587
27.14. Resumo gráfico.....	587
27.15. O pagamento entre massas solidárias	589
27.16. A prestação de contas e o relatório final do administra- dor judicial.....	592
27.17. A sentença de encerramento.....	592

PARTE IV — DA FASE PÓS-FALIMENTAR

28. A extinção das obrigações do falido e sua reabilitação criminal	597
28.1. Extinção das obrigações	597
28.2. Extinção pelo pagamento.....	597
28.3. Extinção em decorrência da prescrição	599
28.4. Extinção pelo rateio	601
28.5. Procedimento de extinção.....	601
28.6. Reabilitação do condenado por crime falimentar	602

LIVRO IV DISPOSIÇÕES PENAIS

29. A investigação, a ação penal e os crimes falenciais.....	607
29.1. Apuração de crime definido na Lei Falimentar	607
29.2. A abolição do inquérito judicial	611
29.2.1. A quebra da unidade na apuração delitiva	611
29.2.2. O princípio da unicidade	612
29.3. A multiplicidade de vias investigatórias.....	615
29.3.1. Atos investigatórios	617
29.3.2. O laudo contábil	618
29.3.3. A intervenção dos credores concorrentes	620
29.3.4. A apuração dos fatos.....	620
29.3.5. O recebimento ou a rejeição da denúncia.....	624
29.4. Da prescrição	624
29.5. Competência.....	625

29.6. Processo-crime	626
29.7. Crimes de fraude a credores ou de falsidade no curso do processo	628
29.8. Crimes relacionados à escrituração contábil	639
29.9. Crimes de natureza patrimonial, por desvio ou especulação de lucro sobre os bens	640
29.10. Outros crimes	645

LIVRO V

PROCEDIMENTOS CONCURSAIS ADMINISTRATIVOS

30. Intervenção, liquidação extrajudicial e administração especial temporária	649
30.1. Noções e conceitos	649
30.2. Conceito de instituição financeira	650
30.3. Regimes de intervenção, administração especial e liquidação	652
30.4. Intervenção extrajudicial	652
30.4.1. Efeitos da intervenção	653
30.4.2. Procedimento administrativo	655
30.4.3. Declaração dos ex-administradores	656
30.4.4. Resumo do procedimento	657
30.5. Regime de administração especial temporária	658
30.5.1. Diferença entre a intervenção e o RAET	658
30.5.2. Procedimento	659
30.5.3. Relatório do conselho diretor	659
30.5.4. Resumo do procedimento	661
30.6. Liquidação extrajudicial	662
30.6.1. Efeitos do decreto de liquidação	662
30.6.2. A figura do liquidante	666
30.6.3. Procedimento	667
30.6.4. Modalidades de liquidação	668
30.6.5. Resumo do procedimento	669
30.7. Cessação dos regimes	670
30.8. Outros regimes especiais	672
31. Da responsabilidade dos administradores: da indisponibilidade, das ações de arresto e ordinária de responsabilidade	673

31.1. Do inquérito administrativo.....	673
31.2. Ações de arresto e ordinária	674
31.3. Indisponibilidade de bens	675
31.3.1. Indisponibilidade ordinária.....	675
31.3.2. Indisponibilidade estendida ou superveniente	676
31.3.3. Extensão por integração de atividade, vínculo de interesse ou de controle	676
31.3.4. Cessação da indisponibilidade.....	678
31.3.5. Distinção entre indisponibilidade e arresto	679
31.4. Do conceito de administrador.....	679
31.5. Da responsabilidade dos administradores — teorias.....	680
31.5.1. Da responsabilidade objetiva.....	681
31.5.2. Posição intermediária	684
31.5.3. Da responsabilidade por culpa presumida.....	685
<i>Bibliografia</i>	687
<i>Índice Onomástico</i>	703
<i>Índice da Legislação Mencionada</i>	709
<i>Índice Alfabético-Remissivo</i>	719